

GEORGE KIMBLE E O ARTIGO CRÍTICO *REGIÃO GEOGRÁFICA, UM CONCEITO INADEQUADO*: COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS E TRADUÇÃO

BARROS, Nilson Crécia de

UFPE -Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas.

Email: nilson.barros@ufpe.br

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7633-3085>

Recebido: 05/11/2024 | Revisado: 15/11/2024 | Aceito: 11/12/2024 | Publicado: 31/12/2024
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14547999>

RESUMO: Comentários introdutórios e tradução (parcial) do Inglês para o Português do texto historiográfico de estilo doutrinário ou internalista de autoria do geógrafo George Kimble publicado no ano de 1951 criticando o conceito tradicional de Região Geográfica e as Monografia Regionais.

Palavras-chave: conceito de região; epistemologia da geografia; história da geografia; historiografia da geografia; pensamento geográfico.

ABSTRACT: Introductory comments and translation to Portuguese of the historiographic article of internalista style by geographer George Kimble published in 1951 criticizing both the traditional concept of geographic region and the regional monographs.

Keywords: concept of region; epistemology of geography; history of geography; historiography of geography; geographic thought.

COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

As relações entre as diferentes sociedades humanas e os variados arranjos de formas da natureza – a Ecologia Humana – e o conceito de Região Geográfica que está associado a esta abrangente imaginação formaram a base doutrinária da Geografia no período inicial da institucionalização da disciplina, quer dizer, no período que se estende da passagem do século XIX para as primeiras décadas do século XX. Foi com este caráter que a disciplina – também conhecida como Antropogeografia (Speth, 1999) – foi relativamente bem sucedida em ocupar os seus primeiros espaços acadêmicos significativos. Nos últimos 50 anos, com a crescente consciência das questões ambientais na escala planetária, a disciplina tem sido cada vez mais apreciada, requisitada e praticada

com o arcabouço da Ecologia Humana.

Contudo, no terceiro quartel do século passado, a Geografia como Ecologia Humana e o seu conceito de Região Geográfica estiveram sob forte criticismo oriundo do movimento epistemológico denominado de *análise espacial*. Mas, antes de continuar, observemos que, não obstante aquele citado sucesso de inserção nas estruturas acadêmicas na passagem dos séculos XIX e XX, críticos da Geografia não deixavam de eventualmente apontar o que entendiam como as vulnerabilidades epistemológicas da disciplina, enquanto os geógrafos ou admiradores da ciência de Humboldt, como o antropólogo Franz Boas por exemplo (Barros, 2024), entendiam que aquilo que os críticos denominavam vulnerabilidades epistemológicas eram justamente a expressão da riqueza temática e metodológica deste ramo do saber.

Vieram então os anos que seguiram à 2ª Guerra, tempos em que se aceleraram as transformações modernizadoras do Espaço Geográfico por conta das profundas mudanças tecnológicas no campo da indústria em geral, dos meios de transporte e comunicações, dos serviços, da agricultura e das informações geográficas estatísticas ou cartográficas. A reestruturação modernizante do Espaço Geográfico por conta da Revolução Industrial, assunto estudado por M. Santos em *A Natureza do Espaço* (1996), se intensificava por então. Como veremos adiante no texto traduzido, George Kimble entendia ser o mosaico regional europeu uma das heranças da Idade Média, fruto de isolamentos e consequentes fossilizações areais, mas afirmava que a Região do homem nos meados do século XX havia passado a ser o mundo.

No artigo intitulado ***Região, um conceito inadequado***, Kimble (1951), cuja *alma mater* foi a Universidade de Londres (King's College), investe contra a Região Geográfica, singular, excepcional, idiográfica ou de síntese, a Região que não se repete, que se edificou por séculos e séculos de intimidade e amálgama cultural entre a terra e o homem numa campanha francamente simpática e empenhada em arrastar a Geografia para os braços do neopositivismo ou positivismo lógico, da *big science* ou da ciência *team based* e propugnando por mudanças e progresso disciplinar no ambiente dos anos de 1950. Kimble se alinhou deste modo àqueles que consideravam o trabalho monográfico regional – as monografias regionais – mais propriamente uma obra pessoal do geógrafo, algo com a natureza de produto da arte tal qual uma pintura, ou uma novela, por exemplo, e menos como uma rigorosa representação científica ou cópia eficiente espelhando as realidades do

Espaço Geográfico. Kimble age como o advogado daquilo que, na tradição epistemológica da Geografia, se denominaria *análise espacial*, para empregar a terminologia de W. Pattison no artigo publicado originalmente em 1964 com o título *As quatro tradições da Geografia* (1977).

À época da publicação, Dr. Kimble era Secretário Geral da União Geográfica Internacional (1949-1956), de modo que podemos muito bem imaginar o impacto indutor doutrinário do texto sobre não poucos jovens pós graduandos ansiosos por novidades que lhes permitissem motivos e estímulos para progredir nas suas carreiras acadêmicas nos ambientes geográficos mais cosmopolitas de então. Porém, naturalmente o texto encontrou, à semelhança do trabalho *Exceptionalism in Geography* de Fred K. Schaeffer (1977) publicado nos *Annals of The Association of American Geographers* em 1953, forte reação dentro dos ambientes geográficos cujo estilo epistemológico ecológico havia se sedimentado ao final do século XIX e primeira metade do século XX. Não custa repetir que ambos os textos – o de Kimble e o de Schaeffer – significavam uma energética ofensiva do pensamento economicista de análise espacial contra ortodoxia epistemológica sedimentada da disciplina como Ecologia Humana.

George Kimble deplorava a imensa quantidade de estudos corográficos que se produzia, quer dizer, ele criticava as monografias regionais como eram conhecidas, muitas das quais representariam, segundo ele, pouco mais que um engenhoso e trabalhoso enquadramento areal ou regional de fatos geográficos de fato já mortos. Isto era o que representava, para ele, o árduo trabalho de regionalização que vinha sendo rotineiramente feito pela Geografia pelo mundo afora desde o século XIX. Entendia ele que a concepção de Região Geográfica estava em paralelo com as pretensiosamente proféticas narrativas – chamaríamos hoje de meganarrativas – históricas que fizeram sucesso no século 19 e que se atreveram a descobrir até *fiões* na História.

Os *fiões* equivalentes, no Espaço Geográfico, seriam as Regiões Geográficas. George Kimble entendia o trabalho geográfico orientado por tal conceito de Região – isto é, a Região como um *todo*, a Região Geográfica, como uma unidade/totalidade territorial complexa, orgânica e coerente que se forma e então evolui, ferramenta da tradição organicista e de relações homem/meio na disciplina – uma utopia fracassada metodologicamente e aparentada à ideia evolucionista de Charles Darwin, ideia que, por seu turno, também careceria de suporte adequado nos fatos. Exame detalhado do conceito

de Região como meganarrativa é realizado por James S. Duncan no seu artigo *The Superorganic in the American Cultural Geography* (1980). Para Kimble, os estudos regionais que continuavam úteis seriam aqueles associados à Geografia sistemática, tópica ou geral, como as regiões-tipo (Barros, 2020, p.18).

Kimble argumentava que Darwinistas e regionalistas de síntese precisavam reconhecer que os caminhos da humanidade, tais quais os do seu Criador, são frequentemente imperscrutáveis e que determinismos – fosse da totalidade regional geográfica ou da História – deveriam ser abandonados, esquecidos, postos de lado. Vindo para os dias atuais, empregando uma linguagem pós-moderna, podemos dizer que George Kimble tentava desconstruir a meganarrativa regional – ou a Região como superconceito (Duncan, 1980) – tão afiliada a outras narrativas do século 19 com as quais compartilhou origens e pretensões. Mas o movimento da *análise espacial* que se expressava através de textos como os de Kimble e Schaeffer, dominados pelo discurso econômico, receberia uma dura resposta ou contra argumentação da Geografia como Ecologia Humana, a saber, a acusação de que pretendiam substituir os antigos raciocínios inspirados em determinismos geográficos por ideias que configuravam um neodeterminismo econômico e político mediante a fé científica nos sistemas de análise regional e planejamento espacial privado ou de estado.

Com a palavra George Kimble.

REGIÃO, UM CONCEITO INADEQUADO

George H. T. Kimble (1951)

“Alguns dos nossos colegas das ciências sociais vizinhas estão começando a nos perguntar se um fenômeno que tem escapado às definições – no caso, a Região – pode ter alguma existência real ou de fato. E não apenas os nossos vizinhos. Diante de como andam as realidades espaciais econômicas e sociais atuais, mesmo alguns geógrafos estão começando a pensar se o conceito de região é mesmo a forma ou o molde adequado para emprego nos estudos geográficos tal como eles estão tão habituados a fazer.

Razões para esta crescente insatisfação não são difíceis de identificar. Em primeiro lugar, existe o fato histórico de que a região é um conceito de século 18 (se não for mais velho!): o mundo que o gerou desintegra-se hoje no túmulo. E deve-se ainda acrescentar

que os pesados modelos ideológicos do século 18 foram se encolhendo e tornando-se mais ágeis no século 20.

Será melhor para nós, talvez, chamar à memória o significado original do termo região. Desde os tempos de Strabão que geógrafos vêm mantendo uma permanente atenção às divisões políticas para conhecimento sobre a superfície da Terra. É verdade que alguns escritores, especialmente Varenius, propuseram alternativas diferentes das divisões políticas, mas antes do século 18 elas não atraíram atenção de destaque. Contudo, na segunda metade deste século, Gatterer na Alemanha – a semelhança de Buache na França – propôs a divisão da superfície do planeta em regiões físicas. Este esquema foi posteriormente retomado por Hommeyer, que desenvolveu a ideia de uma unidade regional baseada num único aspecto: as formas do relevo.

O conceito de uma unidade regional composta resultado da integração de todos os fenômenos (naturais e humanos) de uma área – esta integração produzindo um ente individual distinto das demais áreas circundantes – não aparece antes do século 19. Tal representação regional é exposta com vigor em torno de 1810 nos escritos de Zeune e Butte. Para Butte, estas unidades individuais regionais eram organismos e, como qualquer outro organismo, as unidades regionais possuíam a parte física – ou natureza inanimada – e a parte psíquica – ou natureza animada. “As unidades de área”, ele argumentava, “assimilam ou absorvem os seus habitantes, e os habitantes por seu turno similarmente aplicam-se a absorver e assimilar as áreas às quais pertencem”. (...)

O conceito de região é de origem europeia, e foi proposto inicialmente para um mundo ainda não transformado pela Revolução Industrial. A França e a Alemanha do século 18 eram muito semelhantes a como haviam sido no século 16, ou mesmo no século 15 (...) Em amplas partes da Europa, os padrões de diferenciação de área possuem suas origens na Idade Média (...) Em outras palavras, muitas das mais inequívocas e bem individualizadas regiões geográficas na Europa e na Grã Bretanha são hoje sobrevivências históricas da época pré-industrial, são relíquias, de fato, de mundos regionais autossuficiente, que se auto sustentavam (...)

Conseqüentemente, o modelo padrão de região é essencialmente um fenômeno da Europa continental: ele foi gerado pelo feudalismo e alimentou-se do isolamento cultural num ambiente de autossuficiência. O modelo deve tanto à História quanto à Geografia e, ele não parece prosperar na turbulenta atmosfera dos tempos modernos. Sendo assim,

perguntemos: temos razões para acreditar que a noção poderá ser livremente transplantada para os radicalmente diferentes ambientes das Américas e da Austrália? (...)

Devemos, então, enfrentar o fato de que a velha ordem está mudando, e que estaremos apenas enganando a nós próprios ao dizer, como os franceses nos ensinaram a dizer, que: “Quanto mais muda, mas continua a mesma coisa”. Este ditado foi elaborado antes da invenção do motor de combustão interna, das transmissões de rádio, da propaganda totalitária e das bombas de propulsão a jato. Qualquer que seja o padrão espacial que a era moderna venha a produzir, podemos estar certos de que este padrão não conterà unidades areais independentes, autossuficientes ou discretas: não existirão “mundos” dentro de “mundos”.

Não existirão regiões claramente demarcadas onde geógrafos (ou economistas ou sociólogos) possam estudar uma comunidade “fóssil”. A região do homem agora é o mundo. Isto não tornará desnecessária ou supérflua a correntemente empregada organização dos estudos geográficos numa base regional sistemática. Pelo contrário: a crescente interpenetração dos padrões culturais clamaria por mais, e não por menos, estudos regionais. Porém, importante advertir, dever-se-ia nestes estudos evitar procurar por “padrões espaciais homogêneos de vida”, “distribuições singulares”, e evitar ainda assumir, à maneira dos deterministas, que a “unidade regional” é o objetivo em direção ao qual a sociedade civilizada está se movendo, e que não podemos falhar em ver esta “unidade regional” (região) emergindo. Devemos preferencialmente acreditar que os caminhos da humanidade, tais quais os do seu Criador, são frequentemente imperscrutáveis. A ideia regional aparenta promissora no papel, mas ela carece do completo e real apoio nos fatos, tanto quanto também carece a ideia darwiniana da evolução biológica com a qual o conceito regional tem afinidades familiares.

Na melhor das hipóteses, o estudo regional pode apenas ser um trabalho pessoal de arte, e não um trabalho de ciência impessoal – mais uma pintura que uma cópia. Como tal, o estudo regional pode ter valor substancial, porém este valor derivará mais dos domínios do esclarecimento e da sugestibilidade que da análise e síntese definitivas. O estudo regional terá obtido sucesso se ele for capaz de capturar os aspectos dominantes ou marcantes de uma área: ele não pode querer produzir uma destilação de todos os elementos – físicos, econômicos, sociais e políticos – que estão presentes. Acreditar em outra coisa seria superestimar rudemente a complexidade do nosso mundo.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, N. Crocia de. Franz Boas: comentários e tradução. **Revista Ecologias Humanas** 2024.

BARROS, N. Crocia de. **Geografia: história, conceitos e métodos**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

DUNCAN, James. The Superorganic in the American Cultural Geography. **Annals of The Association of American Geographers**, v.70, n.2, p.181-198, 1980.

KIMBLE, George. The inadequacy of the regional concept. In: D. Stamp & S. Wooldridge, Eds. **London Essays in Geography**. London: Longmans, Green, 1951, p.151-174.

PATTISON, William. As quatro tradições da Geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 7 (13), 101-110, 1977. (Tradução de Sérgio Laclette, pub. orig. no *The Journal of Geography*, v.63, n.5, 1964)

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHAEFER, Fred K. Excepcionalismo na Geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, 7(13): 5-37, 1977, Unesp/Ageteo. (Originalmente publicado em 1953 nos Anais da Associação dos Geógrafos Americanos).

SPETH, William W. **How it came to be: Carl O. Sauer, Franz Boas and the meanings of Antropogeography**. Washington: Ephemera Press, 1999.